

Desafio social

O MAPA do Fim da Fome nº 2, divulgado anteontem pelo Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas FGV), em parceria com o Sesc-RJ e a organização não-governamental Ação pela Cidadania, colocou à mostra a extensão do desafio social com que nos defrontamos ao expor, com base nos dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a situação de miséria em que infelizmente se encontram 56 milhões de brasileiros, ou seja, 33% da população. São assim considerados os que vivem com menos de R\$ 79 mensais, valor correspondente ao necessário para garantir a ingestão mínima de alimentos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde.

O ESTUDO revela também que a extrema pobreza, já a esta altura, afeta de forma sensível as grandes cidades, diferentemente de outras fases em que se concentrava sobretudo nas periferias. "A crise social dos anos 90 atingiu as metrópoles – salienta o economista Marcelo Nery, coordenador da pesquisa. Agora faltam programas para resolver os problemas da violência e do desemprego. O que podemos verificar também é a inexistência de políticas públicas de transferência de renda nos grandes centros. Grande parte da atenção do Governo está voltada para os grêtoes".

NÃO OBSTANTE, ele ressalta não ser possível comparar, "por serem diferentes as bases de cálculo", os resultados do estudo, tais como vêm de ser divulgados, com os dados do primeiro mapa, divulgado em 2001, quando a FGV apontou a existência

de 50 milhões de indigentes, isto é, 29,3% da população.

SE POR UM LADO o aumento dos níveis de miséria teve no município de São Paulo uma das áreas em que o problema mais se tornou manifesto, a ponto de o número de miseráveis ter crescido 51%, passando de 8% dos paulistanos em 1991 para 12,1% em 2000, o que representa 1,4 milhão de habitantes, conforme os números da própria FGV, o estudo mostra, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, que nas favelas da capital o índice de desemprego atinge 19% da população, enquanto no Estado a taxa é de 9%.

O COORDENADOR da pesquisa diz-se convencido da existência de condições para implantar uma rede eficiente de transferência de alimentos de regiões onde sobra comida para as áreas carentes, embora sublinhe a necessidade de "pensar na fome mais ampla, a de saúde, emprego, habitação, o que será resolvido quando conseguirmos organizar estruturalmente o País".

NAS QUESTÕES que aí se colocam e diante do sofrimento da faixa da população abaixo da linha de pobreza, desponta a atualidade e alcance de compromissos voltados à redução das desigualdades sociais, o que exige, a um só tempo, face à limitação dos recursos públicos em relação às necessidades existentes, o aprimoramento dos mecanismos de controle de sua aplicação, com vistas a maximizar seus resultados e, além e ao lado da estratégia de busca de um desenvolvimento sustentado, abriremos veredas para a construção do País economicamente forte e socialmente justo a que se aspira.